

Presidente da entidade fez o alerta CNI: “Não existe país forte sem indústria e com juro abusivos”

Fellipe Sampaio - STF



OAB dá apoio a Moraes e repudia EUA por afrontar nossa soberania

A OAB denunciou o governo dos EUA por violação aos princípios da soberania do Brasil depois que o secretário de Estado, Marco Rubio, disse que o governo americano está analisando impor sanções ao ministro Alexandre de Moraes por suposta violação aos direitos humanos. O ex-deputado Eduardo Bolsonaro abandonou o mandato e se mudou para os EUA com o objetivo de conspirar abertamente contra o Brasil. **Pág. 3**

Inglaterra inicia reestatização de ferrovias após caos neoliberal

O governo do Reino Unido deu largada à campanha de reestatização do sistema ferroviário e renacionalizou neste domingo (25) a companhia South Western Railway (SWR). “Hoje marca um novo amanhecer para nossas ferrovias, deixando para trás 30 anos de ineficiência, atrasos nos serviços e passageiros em falta”, afirmou, na ocasião, a ministra dos Transportes do Reino Unido, Heidi Alexander. **P. 7**



Madame Tabefe vinga a França

Vídeo com a primeira-dama metendo a mão na cara do presidente francês circula pelas redes no mundo inteiro. A primeira-dama francesa, Brigitte Macron, fez, em grande estilo, o que toda a França estava com vontade de fazer. **Pág. 6**



“Não podemos nos conformar com isso”, disse Ricardo Alban

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirmou, na segunda-feira (26), durante evento em comemoração ao Dia da Indústria, que “não existe país forte, não existe economia forte, sem uma indústria forte”. “Toda a

atual geopolítica que nós vemos hoje, o que ela está subentendendo, é uma perfeita defesa da indústria de cada nação”, ressaltou. Depois de crescer em 2024, as perspectivas para 2025 apontam para um crescimento bem menor da economia. “Não podemos nos conformar com isso”, alertou Alban. **Pág. 2**

“Ataque de Israel que matou 9 filhos é ato covarde”, diz Lula

Hani Alshaer - Anadolu



Adam Al Najjar, na UTI, foi o único dos dez filhos da pediatra que sobreviveu ao bombardeio de sua casa

O presidente Lula manifestou seu repúdio à morte de 9 de 10 filhos da médica palestina, Alaa Al-Najjar, queimados pelo bombardeio de Israel, classificando como um “ato vergonhoso e covarde”. “A morte de 9 dos 10 filhos da médica palestina, Alaa Al-Najjar, como consequência de ataque aéreo do governo de Israel na faixa de Gaza no sábado (24) é mais um ato vergonhoso e covarde. Seu único filho sobrevivente e seu marido, também médico, seguem internados em estado crítico”, escreveu Lula em sua rede social, no domingo (25). **Páginas 3 e 6**

Haddad e Tebet fazem bloqueio de R\$ 31 bilhões

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento anunciaram um bloqueio total de R\$ 31,3 bilhões no Orçamento deste ano. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento enviado ao Congresso a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento. A área econômica apontou a Previdência Social como principal culpada pelo bloqueio. **Página 2**

Lula elogia BNDES de Getúlio: “uma das coisas mais extraordinárias”

“O BNDES é exemplo no mundo inteiro”, afirmou o presidente Lula, que usou suas redes sociais no domingo (25) para destacar o Dia Nacional da Indústria, comemorado nesta data. Ele destacou o caráter protagonista que a indústria deve ter para o país crescer. “Assumi o compromisso de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico e social”, disse. **P. 2**

Governo recua de corte na verba de todas universidades federais

O presidente Lula decidiu blindar as universidades e institutos federais do corte orçamentário decretado pela área financeira do próprio governo. Na terça-feira (27), Lula convocou os reitores das instituições federais de ensino e representantes da UNE (foto ao lado) para uma reunião no Palácio do Planalto para anunciar a exclusão das universidades do decreto que impõe restrições orçamentárias a diversos setores federais. A UNE saudou a medida: “após muita pressão da UNE, UBES, ANPG e entidades estudantis, o governo federal acaba de anunciar a retirada das universidades e institutos federais do decreto”. Entidades da Educação celebraram a retomada, mas alertaram que “restaurar o orçamento para 1/12 por mês alivia a crise, mas não resolve o problema”. O governo também autorizou um repasse extra de R\$ 400 milhões para as federais. **Pág. 4**

Audiovisual - PR



“O teatro farsesco do austericídio”, por Paulo Kliass

Pág. 8

Haddad e Tebet retêm R\$ 31 bi do Orçamento

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento anunciaram na quinta-feira (22) um bloqueio total de R\$ 31,3 bilhões no Orçamento deste ano. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento enviado ao Congresso a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento.

A meta do governo é atingir o déficit zero nas contas públicas, assim como foi em 2024. A margem de tolerância para 2025 é de até R\$ 30,9 bilhões de saldo negativo, o que corresponde a 0,25% do PIB (Produto Interno Bruto). A informação do montante do bloqueio do orçamento foi aplaudida pelo chamado “mercado”, ou seja, pelos monopólios financeiros, especuladores e demais rentistas.

O anúncio do bloqueio foi justificado como necessário para o atingimento da meta de zerar o déficit primário, ou seja, zerar o déficit nas despesas com a sociedade, como Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Segurança, etc, já que as despesas financeiras do governo, entre elas os gastos de cerca de R\$ 1 trilhão anuais com pagamento de juros aos detentores de títulos do governo – que também estão no orçamento –, não são passíveis de nenhum limite.

De acordo com o documento, o bloqueio foi de R\$ 10,6 bilhões e o contingenciamento foi na ordem de R\$ 20,7 bilhões. Desse total, R\$ 20,7 bilhões serão contingenciados, bloqueados temporariamente para cumprir a meta de resultado primário. Já os R\$ 10,6 bilhões de gastos discricionários (não obrigatórios) restantes foram bloqueados para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal, que prevê crescimento dos gastos até 2,5% acima da inflação para este ano.

Segundo a área econômica do governo, o bloqueio será feito nos gastos livres dos ministérios, ou seja, aqueles que não são obrigatórios. Há diferenças entre bloqueio e contingenciamento, mas o que vale é que o governo federal fica impedido de gastar R\$ 31,3 bilhões em despesas discricionárias previstas no Orçamento. O bloqueio envolve investimentos e custeio da máquina pública.

A área econômica justificou o bloqueio pela redução na previsão de arrecadação e aumento de despesas obrigatórias. Os gastos com subsídios e subvenções registraram alta de R\$ 4,5 bilhões, impulsionados principalmente pelo Plano Safra. Já as despesas com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), destinado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, aumentaram em R\$ 2,8 bilhões.

A projeção das receitas primárias para 2025 foi reduzida em R\$ 31,3 bilhões, chegando a R\$ 2,899 trilhões. Em contrapartida, a estimativa das receitas líquidas teve alta de R\$ 25,8 bilhões, totalizando R\$ 2,318 trilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, justificou o bloqueio dos R\$ 10,6 bilhões pelo crescimento dos gastos com a Previdência Social e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

“O que está no nosso radar é a questão da Previdência, que ainda é um desafio no Brasil, apesar das reformas feitas, e a questão do BPC. É um programa [o BPC] que está com alto índice de judicialização. Não é uma competência exclusiva do Poder Executivo, que tem regras de concessão do benefício na forma da Constituição”, justificou Haddad.

Ele creditou o bloqueio de R\$ 20 bilhões à frustração de receitas. “Esses [cerca de] R\$ 20 bilhões do contingenciamento se devem ao fato de que ocorreram algumas circunstâncias posteriores ao encaminhamento do Orçamento. São fatos que precisam ser avaliados. O primeiro fato é que não houve a compensação da desoneração da folha, que ficou parada no STF [Supremo Tribunal Federal]. O segundo problema é a paralisação parcial da Receita Federal, que afeta o desempenho da arrecadação”, explicou o ministro.

Fernando Haddad acrescentou que a alta da taxa de juros também afetou a arrecadação neste ano, ao provocar a desaceleração da economia. “A taxa de juros prevista na elaboração do Orçamento não é a mesma em vigor atualmente”, comentou Haddad. A fala do ministro traz o debate sobre a política monetária restritiva, que, segundo o presidente do Banco Central, Gabriel Galpólo, seguirá por muito tempo causando problemas de arrecadação, já que a Selic de 14,75%, impede um crescimento sustentado do país.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, também creditou o bloqueio às despesas com a Previdência Social. Segundo ela, as despesas superaram as previsões e foram um dos principais fatores para o congelamento. “Despesas, gostaria de apontar um crescimento acima das projeções na Previdência. Tivemos, por obrigação legal, que colocar um bloqueio no orçamento”, afirmou a ministra.

O detalhamento do bloqueio será apresentado no dia 30, quando o governo publicar um decreto presidencial com os limites de empenho (autorização de gastos) por ministérios e órgãos federais).

Foto: Iano Andrade/CNI



“O processo de reindustrialização deve ser contínuo e planejado com cenário de longo prazo”, defendeu Alban no Dia da Indústria

Lula homenageia BNDES de Getúlio: “uma das coisas mais extraordinárias criadas pelo Brasil”

“O BNDES é exemplo no mundo inteiro”, disse no Dia da Indústria

O presidente Lula reforçou que o setor industrial deve ser protagonista no desenvolvimento nacional. Ele usou suas redes sociais neste domingo (25) para destacar o Dia Nacional da Indústria, comemorado nesta data. “Quando tomei posse, em 2023, assumi o compromisso de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico e social”, disse o presidente.

A data é uma homenagem a Roberto Simonsen, patrono da indústria nacional. Simonsen foi um engenheiro, industrial, administrador, professor, historiador e político. Ele travou um duro debate público na década de 1940 e desmontou as teses esdrúxulas e atrasadas de Eugênio Gudin, que defendia interesses estrangeiros e dizia que o país não podia ter indústrias porque o Brasil “tinha vocação agrícola”.

INDÚSTRIA DEVE SER PROTAGONISTA

Lula se somou às homenagens a Simonsen e destacou a retomada da política industrial em seu governo. “Fico especialmente feliz pelo fato de o setor industrial ser um dos protagonistas dessa retomada do desenvolvimento”, afirmou o presidente, destacando o papel desempenhado pelo ministro do setor e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e a importância decisiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O BNDES é exemplo no mundo inteiro. Passaram 4 anos dizendo que tinha caixa-preta no BNDES, mas foram obrigados a reconhecer que o BNDES foi uma das coisas



Presidente Lula destacou o papel da indústria na retomada do desenvolvimento econômico do país mais extraordinárias criadas pelo Brasil”, apontou Lula.

O BNDES, elogiado por Lula, foi criado em junho de 1952, durante o governo de Getúlio Vargas, que naquela época também lutava tenazmente contra a sabotagem que o imperialismo americano exercia contra o desenvolvimento do país.

O chefe do Executivo reforçou a necessidade de parcerias entre Governo Federal e iniciativa privada para a reconstrução da indústria brasileira. Ele destacou o programa Nova Indústria Brasil (NIB), que tem foco na inovação tecnológica e na sustentabilidade. “Temos muitos desafios pela frente, mas avançamos bastante, depois de anos de estagnação da indústria. Com políticas consistentes, instrumentos de apoio, trabalho e muito diálogo, avançaremos ainda mais”, afirmou Lula.

GLEISI: “SETOR APENAS RESISTIU À ERA GUEDES”
A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também se pronunciou nesta data e fez referência à importância da indústria. Ela criticou duramente a política bolsionista para o setor. “A indústria tem um papel histórico a cumprir no desenvolvimento econômico e social e não podemos perder mais tempo. [...] O que faltou nos últimos anos foi decisão política para incentivar o investimento e a produção. É esta vontade política que não falta agora por parte do governo do presidente Lula”, afirmou.

“O governo anterior acumulou três quedas consecutivas na produção industrial, resultando em um recuo de 2,2% em quatro anos, com perdas ainda maiores – de até 15% – em setores como a indústria extrativa. “Não é simples coincidência que também o crescimento do país, dos salários e da renda da população tenham sido medíocres e até negativos neste período”, prosseguiu Gleisi, apontando que a indústria brasileira “apenas resistiu à era Paulo Guedes”. “Eles chegaram a colocar em risco o mercado de compras governamentais com uma política externa entreguista”.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahooc.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Com preços dolarizados, tradicional cafezinho do brasileiro ficou mais caro

Com preços dolarizados, o consumo de café no Brasil desabou em 15,96% no mês de abril, em comparação ao mesmo mês de 2024, tendo como fator decisivo a disparada de 80% nos preços do produto nos últimos doze meses até abril, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior aumento de preços já registrado nas últimas três décadas.

Os dados foram divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), nesta quinta-feira (22) e são referentes às vendas do varejo, que representam de 73% a 78% do consumo interno.

O consumo acumulado de janeiro e abril de 2025 das vendas de café também apresentaram uma redução de 5,13% no volume comercializado, que totalizou 4,7 milhões de sacas de 60 quilos. O crescimento das exportações está entre um dos principais fatores para o aumento de preços do produto, ao reduzir a oferta do produto no mercado interno. Elas vêm sendo incrementadas, por exemplo, pela queda de safras no Vietnã e mesmo pelo aumento do consumo mundial.

O resultado para o consumidor brasileiro são preços dolarizados e menor oferta para o consumo do tradicional

cafezinho. O que só reforça a importância da recuperação dos estoques reguladores públicos da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), conforme prometido pelo presidente Lula, para garantir preço justo ao produtor e o café na mesa do brasileiro, a segunda bebida mais consumida no Brasil, atrás apenas da água.

Segundo a Abic, os preços, à mercê do mercado internacional, ainda podem aumentar mais. Além do aumento da demanda global, influenciando a oferta do produto internamente, a entidade aponta problemas climáticos e custos de produção.

Não existe país forte sem indústria e com juro abusivo, diz Ricardo Alban

Depois de crescer em 2024, as perspectivas para 2025 não são tão animadoras e apontam para um crescimento bem menor da economia. “Não podemos nos conformar com isso”, afirma presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirmou, nesta segunda-feira (26), durante evento em comemoração ao Dia da Indústria, que “não existe país forte, não existe economia forte, sem uma indústria forte”. “Toda a atual geopolítica que nós vemos hoje, o que ela está subentendendo, é uma perfeita defesa da indústria de cada nação”, ressaltou.

O Dia da Indústria foi instituído no dia 25 de maio em homenagem “justa e merecida ao nosso saudoso Roberto Simonsen, que tanto incentivou e contribuiu para o nosso setor”, lembrou Alban.

O dirigente da indústria brasileira destacou que “a indústria é o motor da inovação, a fonte de empregos de qualidade e a catalisadora do desenvolvimento socioeconômico”. “São os trabalhadores que fazem a indústria brasileira, são as pessoas que as renovam, encontram soluções, constroem cada vez mais uma indústria sustentável, contínua e crescente, esse é o nosso grande desafio, contínua e crescente. São as pessoas que melhoram a vida de outras pessoas por meio da indústria”, enfatizou. E defendeu “colocarmos em primeiro lugar o desenvolvimento social e econômico do Brasil”.

Ricardo Alban afirmou que o processo de reindustrialização do país deve ser “contínuo e planejado” e alertou que “as perspectivas para 2025 não são tão animadoras”.

“Em 2024, nosso PIB cresceu 3,4%, puxado pelo notável desempenho da indústria, em particular a de transformação que cresceu 3,8%, e a da construção que cresceu 4,3%. Não temos o direito de perder esse ritmo. A sociedade não merece isso”, enfatizou. “Tudo isso foi fruto de investimento em tecnologia, qualificação de mão de obra, sustentabilidade e inovação, geramos emprego e desenvolvimento e contribuímos diretamente para uma sociedade melhor”.

“No entanto”, alertou, “as perspectivas para 2025 não são tão animadoras e as previsões apontam para um crescimento bem menor da economia. Não podemos nos conformar com isso”.

“O processo de reindustrialização deve ser contínuo e planejado com cenário de

longo prazo. Entendo que a indústria tem que voltar a ser protagonista para o Brasil, seguir os passos largos rumo ao crescimento econômico e a melhora da qualidade de vida dos brasileiros com geração de empregos e renda”.

TAXA DE JUROS ABUSIVA

O presidente da CNI defendeu que políticas e medidas de equilíbrio das contas públicas sejam adotadas em conjunto com estímulos para os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social do país.

Ele criticou as altas taxas de juros do país e disse que com nos níveis em que estão, não há como conter o déficit nominal. “Temos que abordar com responsabilidade a taxa de juros abusiva, que corrói a economia”, defendeu Alban. “Estamos num caminho que não haverá superávit primário suficiente para resolver o problema do déficit nominal”, acrescentou, destacando que “esse é um projeto de nação, que precisamos encarar”.

Alban citou a guerra tarifária imposta pelos Estados Unidos, “importante parceiro”, e as iniciativas da entidade para manter boas relações comerciais.

Ele defendeu também que o estreitamento da parceria comercial com a China “precisa vir acompanhado de um protagonismo da nossa indústria de transformação, que hoje está em enorme desvantagem na balança comercial”. “O crescimento sustentado da China aumenta a demanda por produtos agropecuários, minerais e insumos industriais, favorecendo especialmente os setores de commodities no Brasil. Mas, também há espaço para o produto manufaturado”.

“A indústria manufatureira é a responsável por desenvolver e disseminar tecnologia no país e pelos maiores investimentos e salários. A manufatura responde por 47,6% das exportações de bens e serviços do país, por 62,4% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e por 25,6% da arrecadação dos tributos federais”, destacou o presidente da CNI.

Assista o discurso de Ricardo Alban, presidente da CNI, no Dia Indústria, no site do HP: <https://horadopovo.com.br/nao-existe-pais-forte-sem-industria-e-com-juros-abusivos-afirma-presidente-da-cni/>

Prévia de inflação de maio desacelera, mas luz e remédio pesam no bolso do consumidor

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou alta de 0,36% em maio deste ano, ficando 0,07 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de abril (0,43%). Com esse resultado, este é o terceiro mês consecutivo em que o índice prévio da inflação oficial apresenta desaceleração. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira (27). Em maio de 2024, o IPCA-15 foi de 0,44%.

O maior impacto positivo (0,06 ponto percentual) veio da energia elétrica residencial, que registrou variação de 1,68% influenciada pela mudança na bandeira tarifária de verde para amarela, apontou o IBGE. Em Saúde e cuidados pessoais (0,91%), o resultado foi influenciado pelos produtos farmacêuticos (1,93%), reflexo da autorização do reajuste de até 5,09% nos preços dos medicamentos, a partir de 31 de março. Já o grupo alimentação e bebidas desacelerou de 1,14% para 0,39%.

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 2,80% e, em 12 meses, 5,40%, o que é abaixo dos 5,49% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio, sete dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram aumentos, com destaque para Vestuário, com uma alta de 0,92%, seguido de Saúde e cuidados pessoais (0,91%) e Habitação (0,67%). Por outro lado, o

alívio veio por Transportes e Artigos de residência, que registraram deflação no mês, ao marcarem quedas de -0,29% e 0,07%, respectivamente.

As demais variações ficaram entre o 0,09% de Educação e o 0,50% de Despesas Pessoais. Veja o IPCA-15, por grupo, seguir: Vestuário: 0,92%; Saúde e cuidados pessoais: 0,91%; Habitação: 0,67%; Despesas pessoais: 0,50%; Alimentação e bebidas: 0,39%; Comunicação: 0,27%; Educação: 0,09%; Transportes: -0,29%; Artigos de residência: -0,07%.

Outro dado importante veio do grupo alimentação. Entre as nove classes de preços de produtos e serviços pesquisados, o grupo Alimentação (com maior peso no índice geral) foi um dos que mais desaceleraram entre abril para maio (de 1,14% para 0,39%). O grupo Alimentos, considerado um dos mais voláteis entre os nove grupos de despesas avaliados pelo IBGE, vem desde o ano passado pressionando o IPCA, por fatores de clima e pela valorização pontual de algumas commodities agrícolas no mercado internacional, que são elementos que não podem ser atingidos pela política monetária contracionista do Banco Central (BC).

Apesar da inflação no Brasil estar sinalizando arrefecimento, o BC diz que vai seguir com os juros em níveis escorchantes “por um período mais prolongado no país”.



Entidade emitiu nota de solidariedade
Advogados apoiam Moraes e repudiam Estados Unidos por “afronta à nossa soberania”

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) denunciou o governo dos Estados Unidos por violação aos princípios da soberania do Brasil depois que o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse que o governo americano está analisando impor sanções ao ministro Alexandre de Moraes por suposta violação aos direitos humanos.

Numa intromissão afrontosa e descabida nos assuntos internos do Brasil, Marco Rubio afirmou que “há uma grande possibilidade” de o governo Trump sancionar Moraes. Segundo o secretário, o ministro do Supremo pode ser enquadrado na Global Magnitsky Act –legislação norte-americana que permite impor punições a pessoas acusadas de violações de direitos humanos.

Os indivíduos sancionados ficam impedidos de entrar em território norte-americano, têm todos os bens e ativos nos EUA congelados, e ficam proibidos de realizar transações com cidadãos ou empresas do país. O ex-deputado Eduardo Bolsonaro abandonou o mandato e se mudou para os EUA com o objetivo de conspirar abertamente contra o Brasil. Ele tem insistido junto à Casa Branca para que o Brasil seja sancionado.

Em nota, a Ordem afirmou que a declaração do secretário de Estado dos EUA representa uma “violação aos princípios da soberania” e do Judiciário brasileiro. Acrescentou, ainda, que só o Brasil tem legitimidade para “responsabilizar seus agentes públicos”. O texto é assinado por Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB.

“É absolutamente inaceitável que qualquer país estrangeiro pretenda submeter o Brasil a práticas de extraterritorialidade punitiva, afrontando nossa soberania e tentando nos reduzir à condição de nação subordinada. Todos os brasileiros devem se insurgir contra essa tentativa de impor ao país o status de uma república de segunda categoria. O Brasil é soberano, cuida de seus próprios assuntos e não admite interferências externas em sua jurisdição”, disse Marcus Vinicius Furtado Coêlho em um trecho do comunicado.

Por fim, na nota, a entidade dos advogados brasileiros reafirma o seu compromisso “com a defesa intransigente da soberania brasileira, da autonomia das instituições e da plena observância dos princípios que regem a convivência internacional entre Estados soberanos”.

O líder do partido do governo na Câmara dos Deputados, deputado Lindbergh Farias, entrou com uma representação criminal junto à Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está licenciado do cargo para conspirar contra o Brasil nos Estados Unidos. No documento, o partido pede a abertura de ação contra o parlamentar por atentado à soberania nacional.

Leia a íntegra:

Nota da Comissão Constitucional em defesa da soberania nacional e da independência da jurisdição brasileira

A Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB Nacional manifesta preocupação e absoluto repúdio diante de qualquer iniciativa externa que pretenda impor sanções a magistrados brasileiros em razão de atos praticados no exercício regular da função jurisdicional.

Trata-se de uma clara violação aos princípios da soberania nacional, da independência dos Poderes e da não intervenção, pilares fundamentais do Direito Internacional e da ordem constitucional brasileira. A jurisdição é expressão da soberania, e somente o Estado brasileiro, por meio de seus próprios órgãos e segundo seu ordenamento jurídico, possui legitimidade para apurar e, se for o caso, responsabilizar seus agentes públicos.

“É absolutamente inaceitável que qualquer país estrangeiro pretenda submeter o Brasil a práticas de extraterritorialidade punitiva, afrontando nossa soberania e tentando nos reduzir à condição de nação subordinada. Todos os brasileiros devem se insurgir contra essa tentativa de impor ao país o status de uma república de segunda categoria. O Brasil é soberano, cuida de seus próprios assuntos e não admite interferências externas em sua jurisdição,” afirma Marcus Vinicius Furtado Coêlho, presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB.

A OAB Nacional, por meio de sua Comissão de Direito Constitucional, reafirma seu compromisso com a defesa intransigente da soberania brasileira, da autonomia das instituições e da plena observância dos princípios que regem a convivência internacional entre Estados soberanos.

Marcus Vinicius Furtado Coêlho
Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais

Lula: “ataque de Israel que matou 9 filhos foi covarde”

Ricardo Stockert/PR



“É um estado fortemente armado contra uma população civil indefesa”, afirmou
STF manda a PF interrogar Jair Bolsonaro e monitorar Eduardo “Bananinha” nas redes

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, determinou, na segunda-feira (26), que a PF (Polícia Federal) tome o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre ele ter afirmado ser o responsável financeiro pela manutenção do filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), autoexilado nos Estados Unidos.

A PF tem 10 dias para interrogar o ex-presidente, segundo ordenou Moraes.

O ministro tomou a decisão ao aceitar pedido feito pela PGR (Procuradoria-Geral da República) para investigar Eduardo Bolsonaro, conhecido como Dudu Bananinha”, pela atuação dele nos Estados Unidos contra autoridades brasileiras.

O deputado federal licenciado será investigado por 3 crimes: coação no curso do processo, obstrução de investigação de infração penal que envolva organização criminosa e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, crime cuja pena pode chegar a até 12 anos de prisão.

DESPESAS

Recentemente, o ex-presidente disse que banca as despesas do filho nos EUA, com os valores que recebeu via PIX por apoiadores. “Eu estou bancando as despesas dele agora. Se não fosse o PIX, eu não teria como bancar essa despesa, ele está sem salário e fazendo o seu trabalho de interlocução com autoridades no exterior”, disse Bolsonaro em entrevista.

“O que queremos é garantir a nossa democracia, não queremos um Judiciário parcial. Ele resolveu ficar por lá, nós conversamos quase todos os dias, mas são diálogos reservados”, acrescentou o ex-presidente.

“Quero que ele dispute o Senado em 2026, mas precisamos que os ventos mudem. Ainda não sei se ele retorna

da licença, estamos na metade do prazo de 120 dias. Eu não quero ficar longe do meu filho, é um afastamento familiar”, completou.

PEDIDO DA PGR

Ao pedir a investigação sobre Eduardo, a PGR disse que o deputado federal licenciado tem buscado ativamente que o governo dos Estados Unidos imponha sanções a membros do STF, PGR e PF.

As sanções buscadas, descritas pela Procuradoria-Geral da República como “pena de morte civil internacional”, incluiriam a cassação de vistos, o bloqueio de bens e cartões de crédito e a proibição de relações comerciais.

De acordo com a PGR, essas ações visam intimidar autoridades envolvidas em investigações e processos criminais que incluem Jair Bolsonaro e aliados, o que configura tentativa de obstruir a Justiça e interferir nos poderes constitucionais.

BENEFICIÁRIO

A PGR defendeu, além da abertura de investigação sobre Eduardo, que Jair Bolsonaro fosse interrogado a respeito dos fatos, dada às circunstâncias de ser diretamente beneficiado pela conduta descrita, que envolve o filho autoexilado, e por declarar ser o responsável financeiro pela manutenção do deputado fora do Brasil.

Em rede social, Eduardo Bolsonaro questionou a queixa apresentada pela PGR e classificou a decisão como movimento político. “Eu não mudei meu tom. Não há conduta nova. Há um PGR agindo politicamente”, disse.

O deputado licenciado também alegou existir “Estado de exceção” no País. O que é delírio, já que todos os poderes republicanos estão em pleno funcionamento, a imprensa trabalha livremente e ninguém é proibido de se expressar com liberdade.

REAÇÃO DO “03”

Diante do pedido da

PGR, Eduardo Bolsonaro voltou a fazer duras críticas, nesta segunda-feira, ao Poder Judiciário brasileiro após a abertura de inquérito contra ele, e autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, da qual será o relator.

Por meio das redes sociais, Eduardo intensificou seus ataques à PGR e classificou a medida como “injusta e desesperada” e afirmou que o Brasil estaria vivendo “regime de exceção”, no qual a Justiça atua conforme “quem é o cliente”.

REDES

Moraes também determinou, nesta segunda-feira, o monitoramento e a preservação, pela PF, das publicações postadas nas redes sociais do deputado federal licenciado.

“DETERMINO, ainda, que a Polícia Federal, nos exatos termos indicados nos pedidos realizados pela Procuradoria-Geral da República, em sua representação criminal, realize: O ‘monitoramento e preservação de conteúdo postado nas redes sociais do sr. Eduardo Bolsonaro, que guarde pertinência com o exposto nesta petição’.”

A decisão ocorreu após o magistrado aceitar o pedido de inquérito da PGR contra o parlamentar. A Procuradoria quer apurar se Eduardo cometeu os crimes de coação no curso do processo, investigação de infração penal que envolva organização criminosa e abolição do Estado Democrático de Direito.

O movimento tem relação com a fala recente do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, que admitiu a possibilidade de sanções a Alexandre de Moraes com base na Lei Magnitsky. Na verdade, se houver sanções, vai ser contra o STF.

As retaliações com base na legislação estadounidense vêm sendo comentadas pelo filho do ex-presidente Jair Bolsonaro em entrevistas.

ta do “03” nos EUA. Ele tem articulado, junto a deputados americanos e ao secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, sanções contra o Brasil e a Justiça brasileira.

O ex-deputado fujão será investigado por três crimes: coação no curso do processo, obstrução de investigação de infração penal que envolva organização criminosa e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

“Já não se trata de direito de defesa, combater o terrorismo ou buscar a libertação dos reféns em poder do Hamas. O que vemos em Gaza hoje é vingança”, denunciou o presidente

O presidente Lula manifestou seu repúdio à morte de 9 de 10 filhos da médica palestina, Alaa Al-Najjar, pelo bombardeio de Israel, classificando como um “ato vergonhoso e covarde”.

Leia: **[Bomba de Netanyahu queima vivos nove filhos de pediatra palestina em Gaza](#)**

“A morte de 9 dos 10 filhos da médica palestina, Alaa Al-Najjar, como consequência de ataque aéreo do governo de Israel na faixa de Gaza no sábado (24) é mais um ato vergonhoso e covarde. Seu único filho sobrevivente e seu marido, também médico, seguem internados em estado crítico”, escreveu Lula em sua rede social, neste domingo.

“Esse episódio simboliza, em todas as suas dimensões, a crueldade e desumanidade de um conflito que opõe um estado fortemente armado contra a população civil indefesa, vitimando diariamente mulheres e crianças inocentes”

Brasil resgata brasileiros vítimas do massacre que Israel pratica em Gaza

O grupo de três brasileiros e nove parentes resgatados da Faixa de Gaza desembarcou, na quinta-feira (22), em São Paulo. Eles pediram para serem repatriados por conta da intensificação dos ataques de Israel contra a população no território palestino.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que organizou a repatriação do grupo, seis deles são menores de idade.

Os brasileiros e seus parentes deixaram a Faixa de Gaza através da fronteira com o Egito e, com auxílio das autoridades brasileiras, foram até a Jordânia. Após uma noite, embarcaram em um voo comercial para São Paulo, com escala no Catar.

O Itamaraty informou que toda a operação foi feita em sigilo para garantir a segurança do grupo.

Desde outubro de 2023, 127 brasileiros e familiares diretos foram repatriados da Palestina.

AGU aciona o STF e denuncia cumplicidade das big techs em fraudes e outros crimes

O governo acionou o STF (Supremo Tribunal Federal), na segunda-feira (26), por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), por ações judiciais imediatas contra desinformação, ódio fascista e casos de violência digital nas chamadas redes sociais.

Em documento, a AGU citou “danos provocados pela omissão de redes sociais em evitar divulgação de conteúdo ilícito” nas plataformas.

A petição enumerou alguns casos recentes que evidenciam “urgência da necessidade de responsabilização das plataformas quanto a fraudes e crimes praticados por seus usuários”:

• anúncios em redes da Meta, dona de Facebook e Instagram, que prometem indenizações falsas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social);

• postagens no TikTok e Kwai, com desafios que resultaram em morte de crianças, como no caso de criança de 8 anos que inalou desodorante; e uso de logotipo da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para vender medicamentos on-line sem chancela da autarquia, além da utilização indevida de símbolos e imagens de outros órgãos e entidades públicas.

‘CONDUTA OMISSIVA’

“As recentes situações concretas acima relatadas expõem a continuada conduta omissiva dos provedores de aplicação de internet em remover e fiscalizar de forma efetiva os mencionados conteúdos, em desrespeito aos deveres de prevenção, precaução e segurança”, explicou a instituição. O requerimento, segundo a

A pediatra Al Najjar estava a serviço no hospital Nasser, de Khan Yunis, quando soube da morte dos filhos e, ao chegar ao local da casa bombardeada, viu saírem dos escombros os corpos carbonizados.

Os filhos da Dra. Alaa, que faleceram queimados, eram Yahya, Rakan, Ruslan, Jubran, Eve, Revan, Sayden, Luqman e Sidra.

“Esse episódio simboliza, em todas as suas dimensões, a crueldade e desumanidade de um conflito que opõe um estado fortemente armado contra a população civil indefesa, vitimando diariamente mulheres e crianças inocentes”, prossegue o presidente em seu protesto.

“Já não se trata de direito de defesa, combater o terrorismo ou buscar a libertação dos reféns em poder do Hamas. O que vemos em Gaza hoje é vingança. O único objetivo da atual fase desse genocídio é privar os palestinos das condições mínimas de vida com vistas a expulsá-los de seu legítimo território”, disse Lula.

Os ataques de Israel contra a Faixa de Gaza se intensificaram nas últimas semanas, chegando a causar mais de 100 mortes em um único dia. O primeiro-ministro fascista do país, Benjamin Netanyahu, declarou que Israel quer “tomar o controle” da Faixa de Gaza.

O governo brasileiro rechaçou o plano e ressaltou, em nota, que “qualquer pretensão de exercer autoridade permanente em território ocupado é incompatível com as normas de direito internacional”.

Para além dos bombardeios, Israel tem bloqueado a entrada de suprimentos em Gaza e atacado hospitais.

Na quinta (22), a Agência da ONU para Refugiados Palestinos (UNRWA) informou que mais um centro médico foi destruído por Israel, deixando centenas de pessoas sem atendimento. Israel já assassinou 300 funcionários da ONU em Gaza.

AGU, “busca garantir resultado útil dos recursos extraordinários” de julgamento em andamento do STF que analisa a responsabilidade de plataformas de internet por conteúdos publicados por usuários.

A Corte se debruça sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que atualmente exige continuada omissão mesmo após ordem judicial específica para responsabilização de plataformas.

A AGU afirmou defender tese “em grande parte refletida no voto do ministro Dias Toffoli”, relator de um dos recursos: “Propõe que plataformas que impulsionam, moderam ou recomendam conteúdo ilícito devem ser responsabilizadas independentemente de notificação judicial”.

CENSURA PRÉVIA

A AGU ainda argumentou que acolhimento pelo STF do pedido de urgência “não representa censura prévia, de modo algum, mas a imposição de deveres de diligência, cautela e responsabilidade, compatíveis com o risco da atividade e os princípios do Código de Defesa do Consumidor”.

A petição da AGU é no âmbito do recurso do Facebook. Em nota, a assessoria de imprensa do órgão anexou reportagem do *The Wall Street Journal* que diz que cerca de 70% de anunciantes recém-ativos na Meta “promovem golpes, produtos ilegais ou de baixa qualidade”.

“Documentos internos da empresa indicam que fraudadores podem acumular entre 8 e 32 infrações antes de terem suas contas banidas, evidenciando a inércia da plataforma com práticas nocivas”, cita AGU.

Governo recua de corte na verba de todas universidades federais

Entidades da Educação celebram a retomada, mas alertam que “restaurar o orçamento para 1/12 por mês alivia a crise, mas não resolve o problema”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu blindar as universidades e institutos federais do corte orçamentário decretado pela área financeira do próprio governo. Nesta terça-feira (27), Lula convocou os reitores das instituições federais de ensino e representantes da União Nacional dos Estudantes para uma reunião no Palácio do Planalto para anunciar a exclusão das universidades do decreto que impõe restrições orçamentárias a diversos setores federais.

O governo também autorizou um repasse extra de R\$ 400 milhões para recompor parcialmente o orçamento das instituições de ensino. A decisão, ainda que limitada a uma determinada área, marca um distanciamento do arrocho conduzido pelo Ministério da Fazenda, que pretende realizar um corte de cerca de R\$ 31 bilhões no já combatido orçamento federal para, segundo o ministro Fernando Haddad, dar prioridade ao arcabouço fiscal.

“Após muita pressão da UNE, UBES, ANPG e entidades estudantis, o governo federal acaba de anunciar a retirada das universidades e institutos federais do decreto. Esse decreto limitou a execução orçamentária de 2025 para apenas 1/18 avos por mês, o que sufocava e colocava em risco o pleno funcionamento das universidades. Restaurar o orçamento para 1/12 por mês alivia a crise, mas não resolve o problema”, afirmou a presidente da UNE.

Durante a reunião, o Ministro da Educação, Camilo Santana, reconheceu: “O grande problema hoje é o orçamento discricionário. Precisamos resolver esse gargalo”, referindo-se à disparidade orçamentária, ainda mais evidente quando o orçamento é corrigido pelo IPCA.

Ele também citou que o contexto orçamentário tornou-se ainda mais desafiador para as universidades, devido ao aumento do número de matrículas e à crescente demanda por assistência estudantil.

Entre as medidas anunciadas estão:

- Retirada do limite orçamentário mensal de 1/18, que passa a ser de 1/12;
- R\$ 400 milhões para compensar os cortes do Congresso na aprovação da LOA (distribuídos entre universidades e institutos federais);

Ainda assim, o cenário segue crítico: o déficit atual das universidades federais gira em torno de R\$ 2,5 bilhões. O aporte de R\$ 400 milhões representa um avanço, mas ainda está longe de suprir as necessidades operacionais básicas, como pagamento de água, luz, internet e alimentação estudantil — todos cobertos com o chamado orçamento discricionário, que permanece defasado em relação a 2014.

Também presente no encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a importância das universidades para o desenvolvimento nacional. “A universidade pública tem que ser para todos e com qualidade, o que não se faz sem orçamento. Temos que refletir sobre o papel da universidade na indústria, na inovação e no desenvolvimento do país.”

A Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, reforçou o compromisso com a valorização da pesquisa. “Ciência e educação andam de mãos dadas.”

O presidente da Andifes, José Daniel Diniz Melo, analisou as

medidas apresentadas. “Foi um encontro significativo, sobretudo pela demonstração de abertura para o diálogo, no qual pudemos apresentar assuntos relevantes relacionados às nossas instituições”, disse.

“O governo fez alguns anúncios importantes. O mais urgente foi a retirada do limite mensal de 1/18 do orçamento, que havia sido imposto pelo Decreto nº 12.448. A segunda questão foi a recomposição dos cortes efetuados pelo Congresso Nacional, que, no caso das universidades, representa aproximadamente R\$ 250 milhões, agora recompostos”, disse.

“Além disso, houve o anúncio, pelo ministro Camilo Santana, de buscar recursos adicionais, pois, mesmo com a recomposição daquilo que foi cortado, o orçamento ainda não é suficiente para que as instituições possam honrar com seus compromissos neste ano”, destacou.

“O mais importante, entretanto, foi o entendimento comum da necessidade de superarmos essa lógica de negociação orçamentária recorrente, e de que devemos construir, conjuntamente, uma política de financiamento permanente e estável para as universidades federais. Até lá, permaneceremos dialogando com o governo e buscando soluções para essas questões, que são fundamentais para que as nossas universidades possam se manter, cumprindo com a missão de servir ao nosso país”, avaliou.

RECUE É FRUTO DA MOBILIZAÇÃO

O diretor de Ciência e Tecnologia da UNE, Caio Guilherme, destaca que o recuo do governo se deu em consequência da pressão de estudantes e o alerta dos reitores para os riscos de arrocho no orçamento das federais. “Foi uma vitória principalmente do movimento de educação, da União Nacional dos Estudantes, da mobilização dos estudantes para que o governo voltasse atrás com isso”, disse.

“Acho que primeiro a decisão da UNE de convocar uma manifestação rápida, de cobrar o governo rápido, isso teve um efeito muito positivo e a resposta foi essa, o governo voltar atrás de uma medida que era absurda: congelar o orçamento das universidades até o final do ano iria inviabilizar o funcionamento das universidades”, disse em entrevista ao HP.

Caio ressalta que o orçamento das universidades continua insuficiente e que, por isso, a mobilização continua.

“Vamos disputar o governo Lula. Um governo popular, um governo que tenha medidas mais progressistas. É isso que a gente espera dele. Não podemos ter um orçamento para as universidades menor que o patamar de Temer e Bolsonaro antes da pandemia. Isso é um problema e ainda precisamos lutar para que esse governo invista muito mais em Educação”, alertou.

“Apesar de termos uma recomposição de R\$ 400 milhões, a gente tem um déficit que ultrapassa R\$ 2 bilhões, então a luta continua”, pontuou Caio.

Além da recomposição imediata, o MEC promete encaminhar ao Congresso um projeto de lei que crie um mecanismo estável de financiamento para o ensino superior, semelhante ao Fundeb na educação básica. A ideia é garantir “mais sustentabilidade, mais garantia de planejamento” às instituições, segundo Camilo Santana.



Camilo Santana durante reunião de ministros e reitores com estudantes

Padre Júlio denuncia genocídio de palestinos por Israel: “Matam crianças de fome para que não haja futuro”

Em missa realizada no domingo (18), o padre Júlio Lancellotti denunciou o silêncio do mundo frente ao genocídio do povo palestino na faixa de Gaza. Na homilia, o padre Júlio comparou a preocupação com algo tão trivial quando as discussões sobre as pessoas que querem ter as bonecas, chamadas de bebê reborn, enquanto as crianças palestinas são executadas diariamente.

“É inaceitável o silêncio do mundo frente ao genocídio do povo palestino e o que acontece na Faixa de Gaza. É impressionante estarmos no Brasil discutindo esses bonecos, e gente que quer ficar cuidando desses bonecos, enquanto as crianças da Faixa de Gaza estão sendo exterminadas. É um genocídio”, denunciou.

Enquanto isso, se indigna, padre Júlio, as crianças de verdade sofrem com o silêncio do mundo. O clérigo destaca que o assassinato



Padre Júlio Lancellotti falou durante a homilia

de crianças é parte da estratégia genocida praticada pelo Estado de Israel contra o povo palestino.

“É uma técnica genocida matar as crianças para que não haja futuro para esse povo. Matar as crianças palestinas de fome, de sede, impedir que ajuda humanitária chegue, isso é indigno”, lamentou o padre Júlio Lancellotti.

A discussão sobre as

tais bonecas e as pessoas (adultas) que brincam com elas, tomou uma proporção maior quando algumas pessoas passaram a levar tais bonecas em hospitais afirmando que os brinquedos estavam “doentes”. O assunto virou pauta desde as redes sociais até o Poder Legislativo, com projetos para regulamentar questões a respeito dos bonecos.

Morre Sebastião Salgado, o fotógrafo do nosso tempo

Faleceu nesta sexta-feira o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, aos 81 anos. A informação foi confirmada pelo Instituto Terra, fundado por ele e sua esposa, Lélia Wanick. Considerado um dos maiores fotógrafos do mundo, ele morreu em Paris, em decorrência de uma leucemia grave.

Nascido em 1944 em Aimorés, Minas Gerais, ele deixa dois filhos. Salgado iniciou sua carreira em 1973. Ele tinha um distúrbio sanguíneo causado por malária, contraído na Indonésia e não conseguiu tratar apropriadamente. Por isso, se aposentou do trabalho de campo em 2024, dizendo que seu corpo estava sentindo “os impactos de anos de trabalho em ambientes hostis e desafiadores”.

“Sebastião foi muito mais do que um dos maiores fotógrafos de nosso tempo. Ao lado de sua companheira de vida, Lélia Deluiz Wanick Salgado, semeou esperança onde havia devastação e fez florescer a ideia de que a restauração ambiental é também um gesto profundo de amor pela humanidade. Sua lente revelou o mundo e suas contradições; sua vida, o poder da ação transformadora”, diz o texto do Instituto Terra.

Considerado um dos fotógrafos mais importantes do mundo, o mineiro foi mestre na arte de retratar a alma humana e do planeta em preto e branco. Suas lentes captaram momentos históricos e gente simples, as maiores belezas da natureza e sua degradação.

Salgado ficou famoso por fazer registros documentais impressionantes, como o da Serra Pelada na década de 1980; “Trabalhadores”; e o ensaio “Exodos” mostrando povos migrantes pelo mundo. Ao todo, percorreu mais de 120 países.

Ele era formado em Economia, mas descobriu a fo-



Sebastião Salgado é considerado um dos fotógrafos mais importantes do mundo

tografia em 1973. Desde então, nunca mais deixou essa paixão. Em 1998, ao lado da esposa Leila, fundou o Instituto Terra, em sua luta pelo reflorestamento da Mata Atlântica brasileira e do planeta em geral.

Uma das fotos mais icônicas, “Serra Pelada”, foi incluída pelo “The New York Times” na seleção de 25 imagens que definem a modernidade desde 1955. O jornal destacou a escala impressionante e a força visual da composição, registrada em 1986.

Em 2014, o documentário O Sal da Terra, codirigido pelo premiado cineasta alemão Wim Wenders e por Juliano Ribeiro Salgado, filho de Sebastião, foi premiado em Cannes e indicado ao Oscar de Melhor Documentário.

“A fotografia é o espelho da sociedade”, declarou ao ser premiado em Londres por sua carreira. A frase re-

sumiu o objetivo que buscou com meio século de trabalho, concentrado nos últimos anos na proteção da natureza.

“Um fotógrafo tem o privilégio de estar onde as coisas acontecem. Em uma exposição como esta, as pessoas me dizem que sou um artista e eu digo que não, sou um fotógrafo e é um grande privilégio ser um fotógrafo. Tenho sido um emissário da sociedade da qual faço parte.”

Ao longo de sua carreira, Sebastião foi premiado com diversas honrarias. Recebeu a comenda da Ordem do Rio Branco no Brasil, era membro da Academia de Belas Artes francesa, Embaixador da Boa Vontade da UNICEF e membro honorário da Academy of Arts and Science dos Estados Unidos.

“Sei que não viverei muito mais. Mas não quero viver muito mais. Já vivi tanto e vi tantas coisas”, disse ao jornal ‘Guardian’ em 2024.



Equipe chega à premiere de “O Agente Secreto” em Cannes Filme “O Agente Secreto” conquista prêmio de Melhor Diretor e inédito Melhor Ator no Festival de Cannes

Aclamado no Festival de Cannes, Wagner Moura fez história ao conquistar o prêmio de melhor ator na 78ª edição do evento por sua atuação em “O Agente Secreto”, dirigido por Kleber Mendonça Filho. A vitória inédita para um brasileiro na categoria coroa um momento marcante para o cinema nacional.

Kleber Mendonça Filho também levou o prêmio de melhor direção por “O Agente Secreto”, tornando esta edição de Cannes um marco duplo para o cinema brasileiro. Como Moura não compareceu à cerimônia, o diretor recebeu o prêmio em seu lugar e fez questão de homenageá-lo: “Eu tive uma espécie de ter a oportunidade de trabalhar com o Wagner Moura, um grande ator e uma grande pessoa. Espero que este filme lhe traga coisas maravilhosas. Obrigado ao júri e à presidente Juliette Binoche”.

Em um segundo momento de agradecimento, Kleber reforçou o carinho pelo ator: “Eu tive muita sorte de ter a oportunidade de trabalhar com o Wagner Moura. Ele não é apenas um ótimo ator, mas também uma ótima pessoa. Eu o amo muito. Eu espero que o ‘O Agente Secreto’ traga muitas coisas a eles.”

O longa foi apresentado em Cannes na semana anterior, onde recebeu cerca de 15 minutos de aplausos após a exibição. Desde então, passou a ser apontado como um dos favoritos da crítica internacional. A produção brasileira também recebeu o Prêmio da Crítica, concedido pela Federação Internacional de Críticos de Cinema (Fipresci), e o prêmio Art et Essai, dado por exibidores independentes da França.

“O Agente Secreto” é ambientado no Recife de 1977 e traz Wagner Moura no papel de um pesquisador que retorna à cidade para reencontrar o filho caçula, enquanto é perseguido por agentes brutais. A narrativa entrelaça elementos fantásticos com críticas à violência e à corrupção daquele período, evocando a atmosfera da ditadura militar sem se prender a retratos literais.

A recepção da crítica internacional foi entusiástica. O jornal The Guardian classificou o filme como “visual e dramaticamente soberbo” e o descreveu como “ambicioso, complexo e elusivo”. O Hollywood Reporter celebrou “um retorno maravilhoso de Wagner Moura ao cinema brasileiro”, afirmando que “Mendonça Filho faz dele uma estrela de cinema”. Já o site The Playlist afirmou que o ator “comanda” o “belíssimo drama criminal”, chamando a produção de “obra-prima” e a mais ambiciosa da carreira do diretor.

A conquista de Moura se soma a um histórico de premiações brasileiras em Cannes: Fernanda Torres foi consagrada melhor atriz em 1986 por “Eu Sei que Vou Te Amar”, e Sandra Corveloni em 2008, por “Linha de Passe”. No entanto, é a primeira vez que um brasileiro conquista a principal honraria de atuação masculina do festival.

A premiação também reafirma o grande momento do cinema nacional. O Brasil venceu recentemente o seu primeiro Oscar de Filme Internacional, com “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles, e também foi laureado com o Urso de Prata no Festival de Berlim por “O Último Azul”, de Gabriel Mascaro.

Além disso, o Festival de Cannes já havia reservado um espaço de honra para o Brasil: o país foi escolhido como homenageado oficial da edição de 2025 no Marché du Film. Segundo o Ministério da Cultura: “Este prestigioso reconhecimento destacará a dinâmica indústria audiovisual do Brasil, seus talentos criativos e seu compromisso de longa data com a colaboração internacional”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância do feito: “É de curtir a felicidade de viver em um país que tem gigantes do porte de @kmendoncafilho e Wagner Moura. Os dois prêmios que O Agente Secreto conquistou há pouco no festival de Cannes – melhor diretor e melhor ator – mostram que o cinema de nosso país não deve nada para ninguém. E que seguiremos encantando os públicos e os críticos ao redor do planeta com filmes que mostram nosso talento, nossa cultura e capítulos importantes de nossa própria história.”



Metroviários de São Paulo conquistam acordo salarial e suspendem estado de greve

Os metroviários de São Paulo decidiram, por ampla maioria, encerrar a paralisação marcada para a próxima terça-feira, 27 de maio. A decisão foi tomada em assembleia online realizada na quinta-feira (22), e contou com a participação de 2.774 trabalhadores. Com 79,16% dos votos, a categoria decidiu aceitar a proposta apresentada pelo governo e suspender a greve.

Entre os principais pontos da proposta está o reajuste salarial de 5,01%, sendo 4,01% incorporados imediatamente ao salário, vale-alimentação e vale-refeição, e 1% destinado ao custeio do plano de saúde. A expectativa é que esse 1% volte a ser incorporado ao salário em maio de 2026, quando também será aplicado um novo reajuste, com base na inflação.

Outras conquistas incluem a renovação do Acordo Coletivo por dois anos, abono salarial em três parcelas — R\$ 2.500 em junho de 2025, R\$ 1.250 em fevereiro de 2026 e mais R\$ 1.250 em junho do mesmo ano — e o fim da exigência anual de laudo médico pericial para integrantes do grupo TEA (Transtorno do Espectro Autista), considerada uma vitória importante pela categoria.

Além disso, a Participação nos Resultados (PR) de 2025 será paga no primeiro semestre de 2026, com valores que podem chegar a R\$ 9.670.

Outro ponto de destaque no acordo é a suspensão por dois meses do edital de terceirização da manutenção, uma das principais pautas dos trabalhadores, que repudia também qualquer proposta de privatização do sistema metroviário. O pagamento dos chamados “steps”, promoções por progressão de carreira, também foi garantido para os 33 técnicos que ainda não haviam sido contemplados.

A assembleia presencial, no dia 21, realizada na nova sede do Sindicato dos Metroviários no bairro do Belém, na zona leste da capital, contou com a presença de 278 trabalhadores e reforçou a disposição da categoria em continuar mobilizada. Segundo o sindicato, a unidade demonstrada nesta negociação é um sinal claro de que a categoria seguirá resistido à privatização do Metrô, pauta prioritária da gestão do governador Tarcísio de Freitas.

Nesta segunda-feira (25), entrou em vigor a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata da fiscalização do trabalho e que prevê punição às empresas que não tomarem medidas contra riscos psicossociais no ambiente de trabalho. No entanto, por decisão do próprio governo, as empresas ainda não poderão ser autuadas em caso de violação aos direitos.

A atualização da Norma foi adiada no mês passado e, agora, a mudança foi oficializada por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União. Durante o primeiro ano, a atualização terá caráter “educativo e orientativo”. Com isso, punições só entrarão em vigor em 25 de maio de 2026, e não nesta segunda.

Na prática, as empresas já podem ser inspecionadas por auditores-fiscais do trabalho durante esse período. Mas os empregadores não poderão ser multados. Nas fiscalizações, os auditores analisam dados de afastamentos por doenças ou acidentes, questões relacionadas a assédio moral, sobrecarga, falta de apoio, pressão por metas, além da rotatividade de funcionários. Também conversam com

Houlline Nascimento/Poder360

CTB



Decisão no ministro (ao centro) foi tomada “sem qualquer justificativa formal”



A Luta pela Reindustrialização do Brasil

IVALDO SANTANA*

Carlos Pereira, dirigente nacional do PCdoB e repórter especial do jornal Hora do Povo, foi o organizador do livro “Produção versus Rentismo – Trabalhadores e Empresários pela Reindustrialização do Brasil”.

Com 92 páginas e doze artigos de dirigentes sindicais de trabalhadores e empresários, o livro tem como objetivo central reafirmar a compreensão de que a reindustrialização é a âncora fundamental para um crescimento econômico sólido e sustentável no país.

No auge do período nacional-desenvolvimentista do Brasil, a indústria representava 30% do PIB brasileiro e foi a principal responsável pelo acelerado crescimento econômico, modernização e avanços sociais do nosso país.

Desde os anos 80 do século passado, porém, a locomotiva chamada Brasil sofreu uma paralisação profunda. Hoje a economia brasileira, como nos tempos coloniais, está reprimarizada e a produção industrial caiu para pífios 11% do PIB.

Com a perda do dinamismo industrial, a

economia brasileira foi apelidada pelos economistas de voo de galinha – voa baixo e logo volta ao chão. Para reverter este quadro, o Brasil precisa superar um grande gargalo – a desindustrialização.

Os diferentes enfoques dos artigos do livro em tela mostram a necessidade do país se reindustrializar e romper com as amarras do neoliberalismo, conjunto de regras dogmáticas que inviabilizam o desenvolvimento econômico e social.

Dentre os problemas estruturais que precisam ser removidos, o livro enfatiza a necessidade de acabar com a independência do Banco Central e sua política de taxas de juros abusivas, verdadeiros freios para a economia.

Paralelamente, a política fiscal do país precisa ser alterada. Acabar com metas de inflação irrealistas e com a obsessão danosa por superávits, o que diminui tanto os investimentos quanto dotações orçamentárias mais consistentes para as áreas sociais.

A publicação também lembra a necessidade de alterar a política tributária brasileira, para

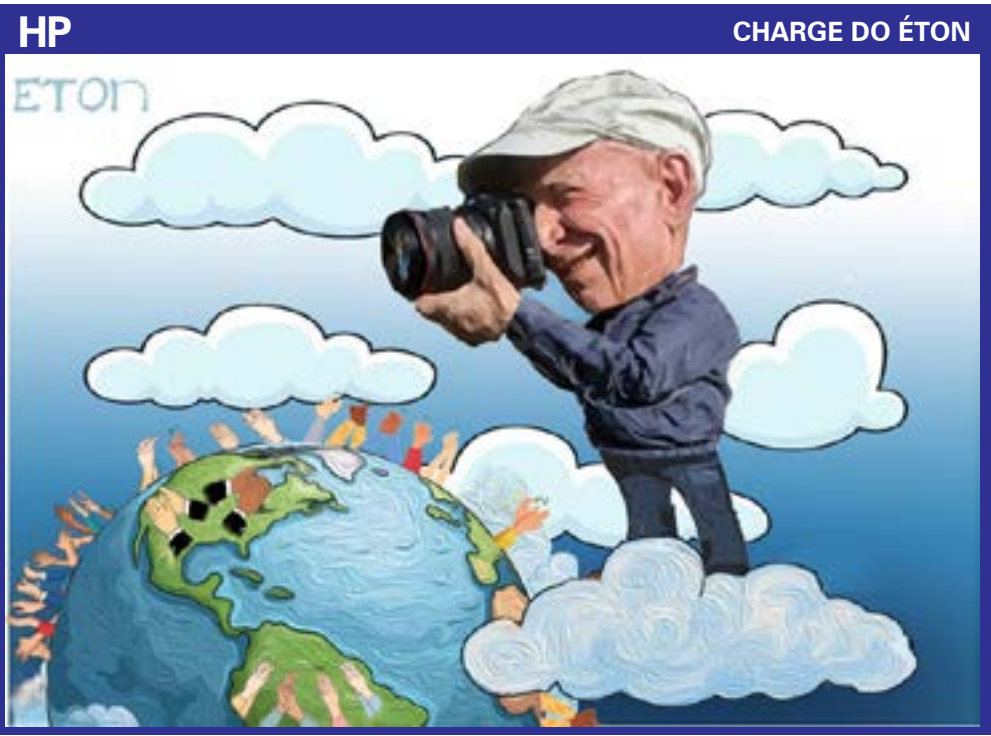
desonerar a produção e o trabalho e taxar mais os ganhos financeiros, condição para ampliar investimentos em infraestrutura e baratear o chamado “Custo Brasil”.

Por outro lado, também é de interesse dos trabalhadores a adoção de política de fortalecimento industrial, meio pelo qual se garante a ampliação da oferta de empregos de qualidade e com melhor remuneração.

Com o livro em mãos, Carlos Pereira tem realizado debates, palestras e seminários que servem tanto para mobilizar amplos setores sociais e políticos como para ampliar os consensos em torno de uma questão chave para o país.

E uma necessidade estratégica para o Brasil o desenvolvimento econômico baseado na indústria e no progresso social, caminho irreversível para o país reverter as enormes desigualdades sociais e regionais e abrir um novo ciclo progressista em sua história.

(*) *Secretário Sindical Nacional do PCdoB e secretário de Relações Internacionais da CTB*



Em nota, centrais sindicais condenaram a decisão do novo ministro, Wolney Queiroz

As Centrais Sindicais reagiram, através de uma nota conjunta, contra a suspensão pelo novo ministro da Previdência, Wolney Queiroz, de conselheiros no Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Segundo as Centrais e entidades sindicais nacionais dos aposentados, pensionistas e idosos, que indicaram esses conselheiros, a decisão foi tomada “sem qualquer justificativa formal, notificação, publicação de ato normativo ou exposição de motivos”. “O ministério limitou-se a comunicar por telefone a decisão — um gesto de desprezo pelas representações legítimas da classe trabalhadora”, diz a nota.

“Trata-se de uma medida autoritária, antidemocrática e ilegítima, tomada à revelia das entidades representativas dos trabalhadores e sem o mínimo respeito Institucional”, afirmam.

As Centrais destacam que a participação dos trabalhadores da ativa e dos aposentados na gestão tripartite da Previdência Social é uma conquista histórica consagrada na Constituição de 1988. “A tentativa de silenciar essas vozes

representa um ataque direto à democracia e aos direitos sociais”.

“Não aceitaremos que entidades sérias e combativas sejam tratadas como organizações de fachada. As verdadeiras fraudes devem, sim, ser investigadas e punidas com rigor — mas é inadmissível que, sob esse pretexto, se criminalize todo o movimento sindical dos aposentados e trabalhadores”.

De acordo com as entidades, o ministro Wolney Queiroz precisa rever sua decisão. “Caso contrário, estará rompendo com o pacto democrático, ao violar direitos constitucionais e comprometer a legitimidade do CNPS como espaço plural de construção das políticas de Previdência Social”.

Assinam a nota os presidentes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Sérgio Nobre; Adilson Araújo, da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); Miguel Torres, da Força Sindical; Ricardo Patah, da UGT (União Geral dos Trabalhadores); Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), e Moacyr Tesch Auersvald, da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores).



CUT: “Pejotização é ameaça à sobrevivência do trabalhador”

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, se manifestou sobre a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovar a pejotização irrestrita, depois que o ministro Gilmar Mendes decidiu pela suspensão de todos os processos que tratam do tema. Segundo o sindicalista, o “não à pejotização” é hoje uma das lutas “mais importantes dos trabalhadores”.

De acordo com Sérgio Nobre, com a pejotização, “todos perdem, principalmente a classe trabalhadora”. “Trabalhadores perderão seus direitos, empresários ficarão sem o financiamento do Sistema S e o país sofrerá graves consequências econômicas se STF aprovar pejotização irrestrita”, disse o sindicalista.

Para Nobre, barrar a pejotização “é a luta do momento, porque o que está em jogo é a sobrevivência do trabalhador”.

“Um jornalista, engenheiro, médico, se trabalha para várias empresas, ele pode ser um PJ (Pessoa Jurídica). Agora, um pedreiro, uma faxineira, um montador, que ganha dois salários mínimos por mês, ou qualquer trabalhador com menos escolaridade do que o ensino médio, vai ser PJ?”, questiona, e afirma: “não tem sentido um negócio desse”.

O líder sindical aponta para as perdas também para o setor empresarial. “O Sistema S faz grande parte da formação profissional no Brasil,

inclusive, sustenta a estrutura sindical patronal, cobrada sobre a folha de pagamento. Sem trabalhador com carteira assinada, não se poderá fazer essa contribuição. Os empresários têm de ficar cientes dos riscos da pejotização irrestrita que vai matar o sistema S, a organização sindical patronal. O país pode perder o Senac, o Sesc. Todos perdem”, disse.

E alerta também para os riscos à Previdência Social e à arrecadação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que financia a casa própria e obras de infraestrutura no país, como o saneamento básico.

“Metade da classe trabalhadora já não contribui para a previdência porque trabalha como autônoma, prestadora de serviços, em trabalhos precarizados e, se ninguém contribuir, como irão sobreviver sem aposentadoria, sem os benefícios sociais pagos pela previdência?”

Ele diz que os recursos do FAT e do FGTS “são gigantesco”. “Então, não vai ter mais Minha Casa, Minha Vida, obras de infraestrutura, não vai ter absolutamente nada”, alerta.

“Creio que os ministros do TST [Tribunal Superior do Trabalho] e os representantes das entidades da área trabalhista precisam se envolver mais e reagir a isso porque os impactos vão muito além do direito do trabalhador. Os prejuízos são sociais”, afirma.



Video/AP

Manifestações se espalharam pelos EUA

Milhares homenageiam Floyd no 5º ano do levante nos EUA contra o racismo

Além das manifestações de rua, a homenagem a George Floyd, assassinado por uma polícia racista norte-americana, contou com serviços religiosos, shows e vigílias, e também reuniu multidões em repúdio à xenofobia e retrocesso que a volta de Trump à Casa Branca significa para o país.

Houve uma homenagem em Houston, sua cidade natal e onde ele está enterrado. Floyd, disse o líder da luta pelos direitos civis, Reverendo Al Sharpton, representa todos aqueles “que são indefesos contra pessoas que acham que podem colocar o joelho em nossos pescoços”.

Durante o primeiro mandato de Trump, sob o sufocamento da pandemia e do negacionismo em curso, a cena do policial branco asfixiando com o joelho um negro, trazida à luz por uma jovem negra que filmou tudo com seu celular e transmitiu ao mundo, estourou nas redes sociais e arrombou os noticiários, causando uma indignação como já não se via há décadas, desde as lutas de Martin Luther King e de Malcom X, e adiou por quatro anos o segundo mandato do bilardiário da exdrúxula Trump Tower.

Um assassinato cometido por mais de nove minutos enquanto os espectadores horrorizados imploravam para que os policiais parassem, com Floyd gritando por sua mãe, implorando que já morrer e repetindo por mais de 20 vezes aos policiais: “por favor, não consigo respirar”.

Estima-se que 26 milhões de pessoas nos EUA participaram dos protestos e a Guarda Nacional foi acionada em 30 estados. Mais de 10 mil pessoas foram presas nas mobilizações. Trump ameaçou, mas não pôde, abafar os protestos usando a força bruta. O movimento também ficou marcado pela amplitude, unindo sindicatos, igrejas, a juventude, ampliou o movimento Black Lives Matter e reuniu entidades de direitos civis.

PRAÇA GEORGE FLOYD, MINNEAPOLIS

Em Houston, foi realizado um culto em um parque a cerca de 3,2 quilômetros do túmulo de Floyd, com a presença de Al Sharpton, seguido de cinco horas de música, orações, leituras de poesia e lançamento de balões.

Os eventos em homenagem a Floyd começaram na sexta-feira em Minneapolis com shows, um festival de rua e uma “feira de autocuidado”, e culminaram no domingo com um culto religioso, um concerto gospel e uma vigília à luz de velas. Os eventos se concentraram na Praça George Floyd, o cruzamento onde o policial Derek Chauvin asfixiou e matou Floyd.

Sob o segundo mandato de Trump, mesmo as pequenas mudanças no sentido de por freios a uma polícia adestrada para caçar escravos fugitivos, perseguir índios e repleta de ex-integrantes de invasões em terras alheias, vêm sendo cerceadas, em meio ao clima de ressurgimento do macartismo e supremacismo wasp (“white anglo saxon protestant”) e caça aos imigrantes.

RETROCESSO

Às vésperas do quinto aniversário do assassinato de Floyd, o Departamento de Justiça reciclado por Trump decidiu cancelar acordos do Departamento de Justiça federal com Minneapolis e Louisville, que exigiam a reforma de seus departamentos de polícia após o assassinato de Floyd e a morte de Breonna Taylor; e já há quem fale em que Trump poderia vir a anistiar Chauvin.

O advogado de direitos civis Benjamin Crump, que representa as famílias de George Floyd e Breonna Taylor, que foi morta no início daquele ano pela polícia de Louisville, chamou o anúncio do DOJ de “tapa na cara”.

“Ao se afastar dos decretos de consentimento em Minneapolis e Louisville, e encerrar sua investigação sobre o Departamento de Polícia de Memphis enquanto retrata as descobertas de graves violações constitucionais, o DOJ não está apenas revertendo a reforma, está tentando apagar a verdade e contradição dos próprios princípios que a justiça defende”, afirmou.

EXECUTADOS SUMARIAMENTE

É longa a lista dos negros mortos pela polícia ensandecida nos últimos anos, praticamente na impunidade: Tamir Rice, um menino de 12 anos, em Cleveland, Ohio; Eric Garner e Akai Gurley, em Nova Iorque; Michael Brown, em Ferguson, Missouri; Philando Castille, em Falcon Heights, Minnesota; Ezzeel Ford em Los Angeles; e a lista não para num país onde os negros são 13% da população, mas 40% dos encarcerados, no país de maior população carcerária do planeta, apesar de só ter 4% da população mundial.

E onde um cidadão negro pode morrer no supermercado, brincando no parque, numa parada num incidente menor de trânsito, ou por ter uma doença mental e a família ter telefonado pedindo ajuda e, ao invés, mandam a polícia.

E onde as “leis” permitem que maus policiais aleguem ter se sentido em “risco” seja lá por que for e supostamente com licença para matar.

Uma história de perseguição e horrores que inspirou um dos maiores escritores norte-americanos, Mark Twain, a contar a fuga de um herói negro da escravidão e no enfrentamento com o racismo branco navegando nas águas do Mississippi através do Sul escravagista na espetacular obra-prima “Huckleberry Finn”.

Mas, das ruas, saiu o clamor de “diga seus nomes”, para as vítimas não serem invisíveis e para barrar a repetição dos crimes e da impunidade.

O GAROTO EMMET TILL

Em sua mensagem junto ao túmulo de Floyd, o Reverendo Al Sharpton comparou o assassinato de Floyd ao de Emmett Till, um garoto negro de 14 anos que foi sequestrado e linchado no Mississippi em 1955, após ser acusado de assoviar para uma mulher branca. “O que Emmett Till foi em sua época, George Floyd tem sido para este momento da história”, disse Sharpton.

Na década de 1950, o linchamento de Emmett Till chocou o mundo e Vinícius de Moraes lhe dedicou um poema: BLUES PARA EMMETT LOUIS TILL – O negro americano que ousou assoviar para uma mulher branca.

Criança de Gaza escapa de chamas, mas perde família sob bomba de Israel



Video de Redes Sociais

Waard é vista andando em meio às chamas na escola bombardeada

Bombardeio de Netanyahu queima vivos 9 filhos de pediatra palestina

A pediatra Al Najjar estava a serviço no hospital Nasser, de Khan Yunis, quando soube da morte dos filhos e, ao chegar ao local da casa bombardeada, viu saírem dos escombros os corpos carbonizados de seus filhos. Nove dos seus dez filhos morreram ali, sob as bombas do regime fascista de Israel

“Alguém nos chamou dizendo que a nossa casa havia sido bombardeada. Cheguei lá ainda antes do pessoal da Defesa Civil”, disse ao portal Middle East Eye a pediatra Alaa Al Najjar, que estava na sexta-feira pela manhã atendendo no hospital Nasser;

Quando ela chegou a sua casa, lá estava seu irmão Dr. Hammid Al Najjar, ao lado do filho dele.

A casa estava tomada pelas chamas.

“Quatro dos filhos de Alaa foram retirados, diante dela, carbonizados”, disse o seu cunhado Ali Al Najjar: “As crianças estavam completamente carbonizadas. Eu levei meu sobrinho Adam e meu irmão ferido e corri com eles para o hospital”.

“Diante da casa em chamas, eu pude ver minha cunhada com o horror estampado na sua face”, disse ainda Ali.

Nos primeiros momentos ela recebeu sete dos seus filhos mortos e dois ainda se encontravam sob os escombros da casa incendiada. Os dois restantes, incluindo um bebê, foram encontrados a seguir; também mortos. Ao total, Alaa perdeu nove de seus dez filhos, o mais velho de 12 anos e o mais novo de seis meses.

Hani Alshaeir/Anadolu



Adam, único dos dez filhos da pediatra que sobreviveu FIRME E DEDICADA

A casa bombardeada pelas tropas de extermínio de Israel ficava em uma região ao sul de Khan Yunis, fora, portanto, da região demarcada arbitrariamente por Israel como “perigosa área de combate”.

O Dr. Hammid, marido da pediatra, está sob tratamento intensivo.

Sem equipamento especializado, os funcionários da Defesa Civil eram ouvidos do lado de fora da casa, ainda com focos de incêndio, gritando no esforço de encontrar sinais de vida.

Os filhos da Dra. Alaa, que faleceram queimados, eram Yahya, Rakan, Ruslan, Jubran, Eve, Revan, Sayden, Luqman e Sidra.

Segundo a Defesa Civil, a mãe não consegue identificar os corpos, porque as crianças estavam tão fortemente queimadas.

O filho sobrevivente Adam (esquerda) em foto familiar com dois de seus irmãos que foram queimados vivos, a bebê Sidra e a menina Rival.

“Eu não sei porque eles foram atingidos. Por que atirariam em meu irmão? Será que é porque a mulher dele era médica e cuidava de crianças?”

“Israel mata bebês como passatempo” diz ex-vice do Estado Maior, Yair Golan

O ex-vice-chefe do Estado-Maior do exército israelense e líder opositorista, fundador do partido Democratas, Yair Golan, acusou, em entrevista, as chamadas Forças de Defesa de Israel (FDI) de cometerem crimes inomináveis contra civis palestinos.

“Israel está em caminho de se tornar um Estado pária, como foi a África do Sul, se não voltarmos a agir como um país são”, afirmou Golan. “Um país são não luta contra civis, não mata bebês como passatempo e não tem como objetivo expulsar populações”, declarou, pondo o dedo na ferida da banalização em Israel do genocídio que é perpetrado contra os palestinos.

As declarações foram feitas na última segunda-feira (19) à emissora de rádio pública israelense Reshet Bet (Rede B) e reverberam a repulsa que se espalha no mundo com a carnificina em curso e iminente morte, pela fome, de 14 mil crianças, sob o bloqueio de Netanyahu à entrada de alimentos em Gaza, como

Abed Rehim Khatib/DPA



Mãe palestina com corpo de seu bebê morto por Israel

denunciado pela ONU.

Ele também se referiu à questão que não quer calar, a de que um país criado após o genocídio perpetrado pelos nazistas contra os judeus, não pode repetir impunemente essa atrocidade contra os palestinos.

“Não pode ser que nós, o povo judeu, que fomos alvo de perseguições, massacres e atos de extermínio ao longo de toda a nossa história e que servimos historicamente

como símbolo da moral humana e judaica, sejamos agora os que estão tomando medidas simplesmente inaceitáveis”, disse.

Para ele, o governo de Netanyahu está “cheio de gente que não tem nada a ver com o judaísmo”. E que, asseverou, se tornaram uma ameaça à existência do Estado judeu e deveriam ser substituídos o quanto antes. O que, conforme o ex-líder militar, ajudaria a encerrar a guerra.

Eu amo minha mãe mais do que o céu, a terra e as estrelas”, declarou em pranto a menina Ward Jalal, de cinco anos, que, ao saber da morte da mãe e das irmãs, relatou: “Eu escapei, mas os escombros caíram sobre elas”

O que se pode ver no vídeo que circulou amplamente pelas redes sociais e mídia neste domingo, descreve a jornalista Maha Hussaini para o portal Middle East Eye, desde Gaza, é “uma menina com um rabo-de-cavalo curto andando entre escombros espalhados, com chamas em torno dela, tentando escapar”.

A criança de cinco anos de idade, cuja corrida para a vida no meio de um incêndio causado por três bombas israelenses sobre uma escola que servia para abrigo de palestinos forçados a deslocamento, a quem a jornalista Maha se refere, é Ward Jalal al-Sheikh Khalil.

A sala onde Ward se encontrava era da escola Fahmi al-Jerjawi, no bairro Daraj, na cidade de Gaza. Como resultado de mais este criminoso bombardeio, 36 palestinos morreram e 55 ficaram feridos, a maioria mulheres e crianças.

Ward milagrosamente escapou das chamas, mas viu irmãs e a própria mãe queimarem até a morte sem poder fazer nada.

ESCOLA BOMBARDEADA

O seu tio, Iyad Muhammed al-Sheikh Khalil, relata a dramática história em torno da sobrevivente Ward:

“Eu recebi um telefonema depois da meia-noite me dizendo que a escola onde meu irmão e sua família haviam se abrigado foi bombardeada”.

“Eu fiquei assustado e quis correr para lá imediatamente, mas fui impedido. O bombardeio seguia intenso e estava tudo por ali completamente escuro, a não ser pelas chamas no interior da escola”.

Iyad teve então que esperar até o amanhecer.

“A cena era horrível”, prosseguiu, “a fumaça ainda subia nas salas destruídas. O cheiro de sangue estava por toda parte. Viamos pessoas totalmente carbonizadas”.

Em torno da 01:00 do domingo (26), caças israelenses lançaram três bombas sobre a escola, matando 36 pessoas, incluindo 18 crianças e seis mulheres.

O irmão de Iyad e sua família tinham dormido, já por algum tempo, sobre edredons abertos sobre o chão de uma sala de aula, os edredons faziam parte do pouco que conseguiram preservar após diversos

Madame Brigitte faz aquilo que a maioria dos franceses gostaria de fazer: estapeia Macron

O vídeo em que a primeira-dama francesa, Briggite Macron, estapeia seu marido, o presidente francês, em pleno desembarque na visita a Hanói, viralizou no mundo inteiro e gerou inúmeros comentários. O Vietnã é a primeira escala de uma viagem de Emmanuel Macron pelo sudeste asiático, em que também visitará Indonésia e Singapura.

Segundo Macron, eles estariam só “zoando”. Ele nem ficou com o olho roxo pois o tapa lhe pegou no queixo. Já o Palácio dos Eliseus tentou inicialmente negar ao site francês Franceinfo a veracidade do vídeo, sugerindo que se tratava de um conteúdo falso.

As imagens mostram o momento em que Madame Brigitte mete o tapa na cara de Macron, provável desejo de nove entre cada dez franceses, seja por ter aumentado a idade mínima de aposentadoria, agravado a desigualdade e estagnado a França, ou por sua gana de esticar a guerra da Otan na Ucrânia, inclusive propondo enviar tropas francesas.

Conforme as imagens, quando a porta do avião presidencial se abre, Macron está em meio a uma discussão com alguém sem se dar conta de que a porta foi aberta.

E aí os braços de Madame Brigitte emergem do lado esquerdo da porta – vê-se claramente a manga do terno vermelho da primeira-dama, ela coloca as duas mãos no

deslocamentos forçados pelos tiros e bombas das tropas de extermínio de Israel.

“Não sobrou nada dos cobertores, só se via partes dos corpos e pedaços de carne espalhados”, conta o tio de Ward.

Ele avalia que “o grande problema é que a família toda de Ward morreu, mas ela tem plena consciência do que aconteceu”.

“Começamos a procurar pelos corpos mas eles estavam despedaçados, então começamos a buscar partes de corpos”, diz ainda Iyad.

“Encontramos pernas e braços e pedaços assim”.

Ward e seu irmão Seral, de 16 anos, ferido, foram os que sobreviveram, junto com o pai, hospitalizado em situação crítica.

A PERDA

“Ward me contou quais membros da família viu morrer, sua mãe e 5 irmãos: Abd al-Rahman, 17; Muhammed, 14; Maria, 13; e Silwan, 11”.

“Ward ainda tentou ajudar a identificar os corpos de sua mãe e irmãos, já no hospital. Era difícil reconhecer devido ao despedaçamento e carbonização”.

“Se buscou reconhecer, quase adivinhando, com base em detalhes, um pedaço de roupa, o formato de uma mão ou de dedos”.

“Ward rompeu em pranto quando viu os chinelos de uma de suas irmãs”.

“O tio mais velho dela morreu no mês passado. Ela ficou só comigo e meu irmão de 16 anos”.

De acordo com a Defesa Civil Palestina, ainda há 10 mil desaparecidos, provavelmente sob os escombros de Gaza, e o número de mortos computados acaba de ultrapassar os 54.000.

Iyad se diz preocupado em como esta cena permanecerá na memória de sua sobrinha: “Ela está devastada, é indescritível. Eu não sei como ela vai se recuperar, ou se algum dia o fará”.

“Ela não apenas sobreviveu a um bombardeio, ela não apenas perdeu toda sua família, ela testemunhou eles sendo incinerados até a morte e teve que correr por sua vida, deixando-os para trás”, conclui o tio.

rosto de Macron e o empurra.

Flagrado tomando a mão-zada, Macron disfarça, acena para a imprensa e a seguir o casal desce as escadas do avião. Quando o presidente francês tenta estender o braço para a cônjuge, ela reage com um chega pra lá.

“Eu estava discutindo, ou melhor, zoando, com minha esposa”, remendou depois Macron em conversa com repórteres em Hanói. “Não é nada”, ele jurou.

Em socorro do chefe, um assessor asseverou que foi só uma inofensiva briguinha de casal. A agência de notícias AFP, outro integrante do cordão de puxa-sacos presidencial garantiu que o presidente e Madame Brigitte “estavam relaxando” antes do início da visita oficial.

Para ele, o tapa em público foi só “um momento de cumplicidade” – mas pediu anonimato ao jornalista que colheu a observação.

Casados desde 2007, Brigitte é 24 anos mais velha que Macron e sua ex-professora de teatro, e até o presidente francês reconhece que não são “um casal muito comum”. Aliás, sobre quão “pouco comum” é o casal abundam elocubrações nas redes sociais francesas.

Macron era estudante de uma escola privada em Amiens quando se conheceram e, segundo sua biografia, seus pais suspeitaram que ainda era menor de idade quando o envolvimento começou.



Leão XIV: cessar-fogo, já. (Vatican News)

Papa pede fim do massacre de “crianças, mulheres e idosos” na Faixa de Gaza

O Papa Leão XIV advertiu na quarta-feira (21), em sua primeira Audiência Geral na Praça São Pedro, que “está cada vez mais preocupante e dolorosa a situação na Faixa de Gaza”, se referindo ao bloqueio total de Israel de 11 semanas à entrada de alimentos e suprimentos, lançando um “apelo sincero” para que seja consentida a entrada de ajuda humanitária e pelo fim das hostilidades, “cujo preço desolador está sendo pago por crianças, mulheres, idosos e doentes”.

O Papa proclamou, ainda, que “nosso mundo está ferido pela injustiça”, observando que “em um mundo dividido pelo ódio e pela guerra, somos chamados a semear esperança e construir a paz”. Mas, diante das atrocidades testemunhadas, ele lembrou aos mais de 40.000 fiéis ali reunidos que “o apóstolo São Paulo ensina que cada um colherá o que semeou”.

A Audiência Geral foi proferida no momento em que caminhões carregados de ajuda humanitária ainda tinham de esperar na fronteira, como relatou a ONU, apesar de, na véspera, Israel pela primeira vez desde que rompeu o acordo de cessar-fogo em março, disse que iria permitir a entrada de alimentos. Entre os fatores que travam a distribuição está a proibição pelas forças de ocupação e extermínio de Israel da Agência criada pela ONU em 1948 para socorrer os refugiados palestinos, a UNRWA.

As palavras de Leão XVI fazem lembrar os contínuos apelos do Papa Francisco a que “não parem de rezar pela paz”. Sob os aplausos dos fiéis, ele acrescentou que “não podemos terminar este nosso encontro sem recordar com muita gratidão do nosso amado Papa Francisco, que exatamente há um mês voltou à casa do Pai”.

Para deixar a situação ainda mais insuportável, ao amanhecer da quarta-feira um ataque aéreo das Forças de Defesa de Israel (IDF) matou pelo menos 42 pessoas na Faixa de Gaza, mais da metade em Khan Yunis. O número de palestinos mortos em Gaza pela agressão genocida do regime de Netanyahu desde 7 de outubro de 2023 chegou a 53.655, a maioria mulheres e crianças. Pelo menos 121.950 ficaram feridos. Milhares de civis continuam desaparecidos sob os escombros.



Soldados russos celebram a liberdade

Rússia e Ucrânia trocam a primeira leva de prisioneiros após o acordo em Istambul

A maior troca de presos de guerra entre a Rússia e Kiev, como decidido em Istambul há uma semana, já começou e cada lado comemorou na sexta-feira (23) o retorno de 270 militares e 120 civis.

“Nossos meninos estão voltando para casa”, disse o Ministério da Defesa da Rússia em um vídeo que mostra os soldados libertados na primeira fase da troca. As imagens mostram os militares gritando “viva”, sendo fotografados com uma bandeira vermelha soviética da vitória e com a bandeira tricolor russa e depois embarcando no ônibus.

Também há imagens de civis retornando, que agradecem ao cinegrafista com lágrimas e sorrisos, registrou a RT. São moradores de Kursk, capturados durante o ataque ucraniano à região.

Pela Rússia, o anúncio da concretização da primeira fase da troca de prisioneiros foi feita pelo vice-ministro da Defesa, Alexander Fomin, que é um dos negociadores russos em

Istambul. “Militares e civis russos estão no território da República da Bielorrússia, onde estão recebendo a assistência psicológica e médica necessária”, disse Fomin.

A troca de prisioneiros foi saudada ainda pelo presidente da Turquia, país que acolheu a reunião de negociação no dia 16. “Um passo importante para fortalecer a confiança entre as partes” e avançar em direção à paz, disse Recep Erdogan. Na negociação de Istambul, a proposta de troca de prisioneiros partiu da Rússia.

O próprio presidente Trump postou em sua rede Truth Social parabenizando o intercâmbio. “Uma grande troca de prisioneiros acaba de ser concluída entre a Rússia e a Ucrânia. Parabéns a ambos os lados por esta negociação”, escreveu Trump.

Pelas redes sociais, o líder do regime de Kiev, Volodymyr Zelensky, confirmou a troca. “A primeira fase do acordo de troca de 1.000 pessoas por outras 1.000 foi concluída”, anunciou nas redes sociais.

Leia mais no site do HP

Multidão repudia privatização da Saúde Pública em Madri



Manifestação em defesa da Saúde tomou a capital espanhola (La Jornada)

Inglaterra começa a reestatizar ferrovias após desmonte e entrega pelos neoliberais

O governo do Reino Unido deu largada à campanha de reestatização do sistema ferroviário e renacionalizou neste domingo (25) a companhia South Western Railway (SWR). O setor havia sido entregue e desmontado pelo neoliberalismo do primeiro-ministro John Major em 1994, inspirado em Margaret Thatcher (1979-1990).

A SWR foi a primeira nacionalização planejada mediante a lei de Serviços Ferroviários de Passageiros (Propriedade Pública) de 2024, aprovada logo após a eleição geral. A companhia será administrada pela estatal DfTO, que já opera diversos serviços – como LNER, Northern, TPE e Southeastern – retomadas ao controle público devido a falhas financeiras ou contratuais. As nove franquias ferroviárias privadas restantes serão renacionalizadas até o final de 2027, quando os contratos expirarem, com os cofres públicos economizando £ 150 milhões (R\$ 1,153 bilhão) por ano somente em tarifas.

“Hoje marca um novo amanhecer para nossas ferrovias, abandonando 30 anos de ineficiência, atrasos nos serviços e falhas com os passageiros. Entramos com confiança em uma nova era, a era da Great British Railways”, afirmou a ministra dos Transportes do Reino Unido, Heidi Alexander. “E por isso que estava tão determinada a estar aqui em Waterloo esta manhã, ao lado de todos esses outros passageiros entusiasmados e afluídos por ferrovias, para o que realmente é um momento decisivo”, enfatizou.



“Mudar o foco do lucro privado para o bem público”, diz Heidi

Conforme a ministra, “é claro que a mudança não vai acontecer da noite para o dia, que a propriedade pública não é uma solução mágica, mas estamos realmente dando a largada na corrida por uma ferrovia verdadeiramente do século XXI, e isso significa mudar o foco do lucro privado para o bem público”.

“SERVIÇO MELHOR”

“A South Western Railway agora pertence ao setor público. E isso é apenas o começo”, sentenciou o primeiro-ministro Keir Starmer, frisando que “isto será traduzido em um serviço melhor, uma venda de passagens mais simples e trens mais confortáveis”.

Durante a privatização, o projeto foi muito impopular, criticado pelos sindicatos, pela oposição, pela maioria da população e até por al-

guns conservadores. Entre outros acidentes, devido à falta de investimentos, provocaram fissuras nos trilhos, descarrilamentos e mortos, o que impactou a opinião pública. Da mesma forma, cancelamentos e atrasos se tornaram rotineiros, causando um descontentamento crescente entre os viajantes.

Mesmo os dados oficiais – maquiados para abrandar a revolta – reconheciam que 4% das viagens de trens foram canceladas este ano no Reino Unido.

No final de novembro, a maioria trabalhista aprovou uma lei que determina a nacionalização das operadoras privadas ao final de suas concessões – ou até mesmo antes, em caso de má gestão – para reuni-las na “Great British Railways”.

De acordo com o governo, aguardar o término dos contratos tem por objetivo evitar o pagamento das indenizações às atuais operadoras.

Pacientes passam por filas intermináveis para atendimento. Pediatria é um dos serviços mais afetados pelos cortes de verbas no intuito de jogar os madrienhos nas mãos das empresas privadas

Mais de 200 mil pessoas se manifestaram no centro de Madri para denunciar a privatização da Saúde Pública imposta pela presidente da denominada comunidade autônoma da capital espanhola, Isabel Díaz Ayuso, do Partido Popular, a direita tradicional, recheada de franquistas reciclados e sua prole. O protesto também denuncia a deterioração sistemática e de longa data do atendimento aos pacientes.

A manifestação foi convocada por mais de cem organizações civis e políticas, incluindo profissionais de saúde e partidos, desde o segundo maior partido da região, o Más Madrid, até o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e também o Podemos, que atualmente não tem representação no parlamento regional.

Em torno da plataforma “Vizinhos de Bairros e Povoados de Madri”, os manifestantes foram chegando em quatro colunas, congregando pessoas de todas as cidades da região. Dirigentes sindicais das Comissões Operárias (CCOO), da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do sindicato de profissionais de saúde Amyts se uniram aos líderes partidários na marcha.

Na leitura do manifesto, a jornalista Olga Rodríguez denunciou uma “estratégia planejada” para “privatizar e transformar em negócio” um serviço essencial como é a saúde do povo espanhol. O texto denuncia uma política que visa comercializá-la, algo que eles descrevem como “insustentável”.

REDE PÚBLICA

Entre as reivindicações apresentadas estão: deter o processo de privatização, aumentar o investimento na rede pública de hospitais e postos de saúde, garantir atendimento pediátrico universal, fortalecer os serviços de emergência extra-hospitalar com pessoal médico e acabar com as listas de espera. Há também uma demanda para dignificar as condições de trabalho dos profissionais de saúde. “A saúde não se vende, se protege”, afirmaram.

Segundo o manifesto, há mais de um milhão de pessoas em listas de espera, 73% dos centros de saúde estão operando com um quadro de funcionários

incompleto e mais de 775 mil cidadãos não têm médico de atenção primária ou pediatra. A situação na pediatria é particularmente preocupante: mais de 80 centros têm uma escassez crítica de especialistas e, em alguns casos, consultas noturnas não são oferecidas. Soma-se a isso o fato de que conseguir uma consulta com um especialista pode levar mais de um ano, e o acesso a cuidados médicos básicos em bairros de classe trabalhadora pode levar até um mês.

Os organizadores da marcha enfatizaram que o direito à saúde, reconhecido internacionalmente, está sendo “seriamente ameaçado” pelo que definiram como “políticas atuais que beneficiam interesses corporativos, permitindo que fundos privados obtenham lucros às custas do bem-estar coletivo. Madri, a região mais rica do país, está no fim da lista de investimentos per capita em Atenção Primária e lidera o desvio de recursos públicos para a saúde privada”.

Manuela Bergerot, do partido Más Madrid, apresentou dados sobre a crise sanitária regional: 139.000 crianças sem pediatria atribuído e 625 000 doentes sem médico de família.

A dirigente associou esta situação às políticas de privatização, denunciando especificamente a relação entre o Grupo Quirón, maior grupo hospitalar privado da Espanha, e o círculo pessoal da presidente da Comunidade de Madri, Isabel Díaz Ayuso.

A eurodeputada Irene Montero (Podemos) acrescentou que “sem acesso universal a cuidados de saúde públicos de qualidade não há democracia nem dignidade de vida”.

Juan Carlos Serrano, enfermeiro de pronto-socorro, discursou durante o protesto para alertar que “o governo regional de Madri está sendo exigido a parar de usurpar recursos públicos e investir no que é realmente importante: a Saúde Pública. Também está sendo solicitado a parar de usar parcerias público-privadas para roubar dinheiro de nossos impostos. A saúde está piorando a cada dia; eles não distribuem atendimento e há listas de espera intermináveis. Devemos sempre lutar pela saúde, porque a Sra. Ayuso se dedica a tudo, exceto à educação e à saúde.”



Luta em defesa da saúde pública em Madri já em 2022

O teatro farsesco do austericídio

O que fica dos episódios da semana é que “quanto mais se abaixa para atender aos interesses do financismo, mais os abutres e chacais avançam em cima da carne fresca”

PAULO KLIASS*

Uma das principais fontes de fundamentação jurídica do regime de austeridade fiscal, que tantos sacrifícios vem impondo à grande maioria da população, é a Lei Complementar nº 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Apesar de ter sido aprovada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ela não foi objeto de revogação ou de alguma alteração substantiva desde a posse de Lula em seu primeiro mandato em 2003. A vigência de tais dispositivos é um dos principais responsáveis pela destinação de quase R\$ 11 trilhões a título de pagamento de juros aos detentores de títulos da dívida pública, desde que a série do Tesouro Nacional começou a contabilizar tais valores em 1995.

Ao contrário do que se imaginava, o Presidente da República que veio a suceder o período dos tucanos passou a se orgulhar, desde então, daquilo que ele começou a considerar como uma virtude de seus governos. Desta forma, ele considera positivo a postura de ter sido responsável fiscalmente e ter gerado a maior série de superávits primários de nossa História. Assim, ao contrário do que se poderia imaginar, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal deu continuidade ao processo de normalização das práticas de austeridade fiscal em nossas terras.

Dentre inúmeras regras criadas, a LRF estabelece que o governo deve encaminhar ao Congresso Nacional relatórios bimestrais de acompanhamento das receitas e das despesas primárias, tal como previsto na própria Constituição, em seu art. 165, § 3º. Ocorre que esse ato, que vem sendo realizado de maneira regular e sistemática há mais de duas décadas, por vezes ganha uma dimensão exagerada em função da conjuntura que o País e sua economia atravessam.

O ANÚNCIO DO NOVO PACOTE DA AUSTERIDADE

Esse parece ter sido o caso do relatório mais recente elaborado pelo Ministério da Fazenda. Foi convocada uma coletiva de imprensa com toda a pompa para a tarde do dia 22 de maio, onde estavam presentes Fernando Haddad, Simone Tebet e uma série de secretários dos 2 ministérios da área econômica. A intenção era apresentar os números e as tabelas do comportamento fiscal relativo ao primeiro quadrimestre do ano, bem como apontar as soluções para que o governo possa alcançar a meta de zerar o déficit primário até o final de dezembro. Afinal, esse foi o objetivo que o próprio governo se auto impôs, a partir de uma sugestão do Ministro da Fazenda ao Presidente Lula.

A apresentação de Haddad reforçou a necessidade de se aumentar o rigor da austeridade fiscal, por meio de uma estratégia de cortes e contingenciamentos nas rubricas orçamentárias no valor de R\$ 31 bilhões.



Esse total representa por volta de 15% do total das despesas discricionárias, ou seja, aquelas verbas do Orçamento Geral da União (OGU) que não são obrigatórias. Além disso, o ministro aproveitou a oportunidade para responsabilizar as concessões de Benefício de Prestação Continuada (BPC) como um dos principais fatores que estariam pressionando pelo lado das despesas. E, também, utilizou a sua explanação sobre o quadro fiscal para anunciar a necessidade de uma nova Reforma da Previdência, uma vez que as alterações constitucionais anteriores não teriam sido capazes de reduzir o crescimento “explosivo” dos gastos previdenciários.

É importante ressaltar que todo este esforço que o governo pretende realizar pelo lado da contenção dos dispêndios da área social deriva da proposta encaminhada por Haddad de estabelecer como meta fiscal para o presente ano a redução a zero do déficit primário. A proposta foi introduzida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e aprovada ainda no primeiro semestre do ano passado. Com tal objetivo a cumprir, por proposta elaborada por ele mesmo, Haddad termina por se apresentar como o grande verdugo dos gastos não financeiros do governo federal. A exemplo da meta de inflação de 3%, o governo se auto impõe um objetivo fiscal de difícil consecução e que só faz aprofundar a austeridade caso haja empenho em cumpri-lo.

O RECUE DAQUELE QUE NEM TINHA IDO

Por outro lado, com o intuito de evitar novos problemas até o final do ano, a equipe econômica introduziu no pacote de medidas apresentadas na coletiva de imprensa uma série de alterações na cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A intenção era a de promover uma elevação no montante de receitas arrecadadas até dezembro próxima. Ocorre que a medida já havia sido vazada para a imprensa horas antes pelo Ministro das Transportes, Renan Filho. Com isso, foi colocada em marcha uma operação de pressão por parte dos representantes do financismo junto ao Ministro da Casa Civil e que contou com todo o apoio do Presidente do BC, Gabriel Galípolo.

A intenção do lobby era obrigar o governo a recuar da medida que já havia sido apresentada publicamente por Haddad na apresentação do pacote de medidas fiscais. Assim, o jogo pesado de bastidores e a facilidade com que a elite do sistema financeiro tem seu acesso junto ao núcleo dirigente do Palácio do Planalto aperfeiçoou o enredo desse dramalhão – um roteiro de



Ato das Centrais Sindicais contra juros altos em frente ao Banco Central, em São Paulo (Foto: Marcela Rodrigues – CTB). No alto, abutre (Pexel)

uma farsa absurda, capaz de provocar um sentimento de vergonha alheia em quem quer que tome contato com o mesmo. Em um primeiro momento, o foco era derrubar a cobrança de IOF nas operações de fundos financeiros aplicados no exterior.

Pois então, a sequência dos atos e fatos deixou à mostra, mais uma vez, a quais atores políticos e econômicos o governo se ajoelha. Quando as centrais sindicais, o movimento dos aposentados, o movimento estudantil, as entidades ambientalistas e o movimento dos sem-terra pressionam por mudanças nas políticas públicas equivocadas, nunca se consegue nenhuma notícia boa. Agora, bastou uma medida pontual, pouco expressiva mesmo, que afeta apenas os interesses do povo do financismo para que o governo se movimentasse com agilidade nunca vista

anteriormente. E a pressão foi tão “convicente” que o anúncio da revogação da medida ocorreu antes mesmo do início da noite e o Planalto mandou imprimir uma versão extraordinária do Diário Oficial para não desagradar a ninguém e não deixar sombra de dúvidas a respeito de tal recuo.

Para manter a pose, Haddad encomendou a narrativa de que sabe voltar atrás em decisões que possam eventualmente desagradar aos interesses da Faria Lima.

(...) “A minha decisão (de recuar) foi absolutamente técnica. Foi tomada horas depois do anúncio, assim que me chegaram as informações sobre o problema. (...) A medida foi reavaliada e reprocessada na publicação no Diário Oficial antes da abertura do mercado” (...) [GN]

E, de outro lado, Galípolo também comemorou a revogação da medida, inclusive elogiando a vocação democrática de seu ex-chefe no Ministério da Fazenda. Depois de apunhalar Haddad pelas costas, ele declarou o seguinte:

(...) “Todo mundo precisa louvar e reconhecer que o ministro, como bom democrata que é, em poucas horas suprimiu a medida. Antes mesmo do mercado abrir, ele tinha ouvido o mercado e fez a alteração que não causou dano” (...) [GN]

Enfim, trata-se de uma verdadeira lição de como caminha sem tréguas e sem obstáculos o austericídio em nosso País. O Ministério da Fazenda preserva e aprofunda as regras da austeridade fiscal extremada, focando apenas nos cortes nas rubricas de dispêndios primários. O BC, agora sob a gestão de seu novo Presidente, também implementa uma política monetária cada vez mais arrochada, com a elevação da SELIC nas três primeiras reuniões ocorridas neste ano.

O mais irônico é que essa postura de bom moço adotada por Haddad não convence mais ninguém. No fechar das cortinas deste primeiro ato da farsa do austericídio, lideranças conservadoras da base do governo no legislativo e diversas entidades empresariais já aproveita-

ram o recuo do governo para exigir a revogação de todos os atos envolvendo elevação do IOF. Ou seja, quanto mais o governo se abaixa para atender aos interesses do financismo, mais os abutres e chacais avançam em cima da carne fresca. E os prejudicados são sempre os setores da base da nossa vergonhosa pirâmide da desigualdade social e econômica

O resumo da ópera é que outra vez fica demonstrada a necessidade de o Presidente Lula intervir com maior rigor e firmeza na definição das linhas mestras da política econômica do seu governo. Caso mantenha a liberdade para que Haddad e Galípolo sigam agindo de acordo com suas próprias consciências e aceitando as orientações emanadas do centro do financismo, o governo continuará cavando esse buraco, que poderá dificultar sobremaneira a eleição de Lula em outubro do ano que vem.

** Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal*